



**TEMA: Os programas institucionais do ensino de graduação como propulsores de uma nova cultura acadêmica.**

**Unifesspa – 14 e 15 de setembro de 2017**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DIVERSIDADE CULTURAL E ESCOLA BÁSICA**

Larissa Nogueira Lobo (Apresentador)<sup>1</sup> - Unifesspa  
Maria do Carmo Balieiro Filha (Apresentador)<sup>2</sup> - Unifesspa  
Vanja Elizabeth Sousa Costa Oliveira<sup>2</sup> - Unifesspa  
Ana Clédina Rodrigues Gomes (Coordenador do Projeto)<sup>3</sup> - Unifesspa

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Ciências Humanas.

### **1. INTRODUÇÃO**

Esse trabalho analisa o Projeto Político Pedagógico de uma Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental buscando identificar os elementos do PPP relacionados com a temática da Diversidade Cultural e o que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013). No histórico do Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, que instituiu as Diretrizes, diz de a necessidade das escolas elaborarem um Currículo e novos Projetos Político-Pedagógicos que sejam capazes de dar conta dos grandes desafios educacionais da contemporaneidade.

Ressaltamos que o Projeto Político Pedagógico em análise é do ano de 2012 é as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica foram lançadas pelo MEC em 2013, mas a discussão sobre essa temática já se fazia presente em muitas redes de ensino pelo país<sup>5</sup>, sendo necessário estar contemplado o debate e ações pedagógicas sobre a Diversidade, nos Projetos Políticos Pedagógicos de todas as escolas de ensino fundamental.

Naquele momento, conforme o próprio documento previa as Diretrizes estabeleceriam a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras (Brasil:2013). No Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 que instituiu as Diretrizes, na parte dos Fundamentos intitulado - O direito à educação como fundamento maior destas Diretrizes, (grifo nosso) esclarece que:

O direito à diferença, assegurado no espaço público, significa não apenas a tolerância ao outro, aquele que é diferente de nós, mas implica a revisão do conjunto dos padrões sociais de relações da sociedade, exigindo uma mudança que afeta a todos, o que significa que a questão da identidade e da diferença tem caráter político. O direito à diferença se manifesta por meio da afirmação dos direitos das crianças, das mulheres, dos jovens, dos homossexuais, dos negros, dos indígenas, das pessoas com deficiência, entre outros, que para de fato se efetivarem, necessitam ser socialmente reconhecidos (p.105).

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FACED/ICH/Unifesspa). E-mail: assiralobo@outlook.com <sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FACED/ICH/Unifesspa). E-mail: mariaebento@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Assistente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA Mestre em Educação- Linha de

Pesquisa- Políticas Públicas Educacionais. – Colaboradora do Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica- PAPIM da Faculdade de Ciências da Educação/UNIFESSPA-e-mail: vanja@unifesspa.edu.br

<sup>3</sup> Doutora em Educação: Matemática pela PUC/SP. Professora Titular Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/Unifesspa). Coordenadora do Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica- PAPIM da Faculdade de Ciências da Educação/UNIFESSPA- E-mail: cledinaana@gmail.com



**TEMA: Os programas institucionais do ensino de graduação como propulsores de uma nova cultura acadêmica.**

**Unifesspa – 14 e 15 de setembro de 2017**

Em razão desses fatores as discussões acerca da temática em questão já existiam em todos os Sistemas de Ensino, (Brasil:2013), sendo necessário a atualização dos Projetos Político Pedagógico já existentes para contemplar os Direitos de todos os alunos, direitos tão fortemente contemplado nas mais diversas legislações (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- 9394/96, entre outras).

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Dessa forma o presente trabalho buscou investigar se o Projeto Político Pedagógico da escola onde o Programa se desenvolve contém os elementos da Diversidade previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e se o mesmo respeita as diferentes condições culturais dos alunos. Utilizamos como metodologia a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, e para coleta de dados foi usada a entrevista semiestruturada. Para os resultados fizemos a análise interpretativa das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Para Kowalewski (2014) a ocorrência, cada vez maior, de demandas multiculturais atreladas aos currículos possibilita estabelecer o vínculo entre diversidade e educação como um fenômeno global – próprio à contemporaneidade –, que apresenta, porém, características exclusivas em um contexto local. Pois a diversidade é o resultado das combinações e das disputas entre diferentes matrizes culturais. Desta maneira é possível considerar o ensino escolar como o principal veículo para a “transmissão da cultura nacional”.

Assim, nada mais fundamental que os Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas de Educação Básica conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) contenham:

[...] o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos”. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas” (p.16).

Enfim são esses elementos da diversidade humana que buscamos perceber no PPP da escola em questão, pois o Projeto Político Pedagógico é um documento norteador das ações futuras da escola, no qual são estabelecidos princípios e diretrizes para um funcionamento mais eficaz das atividades a serem desenvolvidas no âmbito escolar.

Sobre isso Pimenta (1991) argumenta que o PPP [...] “resulta da construção coletiva dos atores da educação escolar. Ele é a tradução que a Escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas, com o pessoal - professores/alunos/equipe pedagógica/pais – e com os recursos de que dispõe” (p.79).

Por conta de pesquisa realizada na Escola até o momento, identificamos um número de alunos indígenas, alguns com deficiência e outros oriundos do campo, além dos que vivem recorrentemente situações de abandono pelos seus responsáveis.

Assim para procedermos a apreciação do PPP da Escola agrupamos a análise na seguinte categoria: O Projeto Político Pedagógico da Escola contempla o respeito as diferenças de todos os alunos matriculados e que frequentam a escola.



**TEMA:** *Os programas institucionais do ensino de graduação como propulsores de uma nova cultura acadêmica.*

**Unifesspa – 14 e 15 de setembro de 2017**

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PPP da Escola em tela em sua introdução trata do que contém o documento, afirmando que o mesmo é [...] “a síntese do pensamento administrativo-pedagógico institucional procurando retratar o movimento que vem sendo percorrido pela comunidade escolar na consolidação do desejo de uma Educação de qualidade em todos os níveis de ensino” (p.05).

Em outra seção do PPP que analisamos, intitulada: **currículo escolar: sua importância na sistematização do conhecimento**, a escola apresentou uma concepção de currículo contemporânea, pois o no PPP, a comunidade que o elaborou, diz:

[...] neste sentido, entendemos que o currículo escolar reflete todas as experiências em termos de conhecimento para possibilitar a viabilização de construir conhecimento a escola [...] tem como uma das referências os parâmetros curriculares nacionais - pcn's, os quais trazem como proposta uma forma de definição das disciplinas e distribuição de conteúdo entre os componentes curriculares propostos, no entanto, devido à dimensão territorial e a diversidade cultural, política e social do nosso país, há a necessidade de se adequar há alguns aspectos predominantes em nossa região e realidade sem desconsiderar na sua totalidade os conteúdos da base comum nacional (p.50)

Subjacente a esse discurso foi possível encontrar alguns elementos que primam pelo respeito as diferentes condições culturais dos alunos, entretanto a base de referência dos professores na construção do PPP é outro documento oficial (PCN) e não as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, até mesmo porque como afirmamos anteriormente, a elaboração do PPP foi anterior as DCNs (2013), objeto de análise nesse estudo e que ainda não circulavam como documento oficial do MEC na sociedade, apesar de haver em circulação as Diretrizes Curriculares (1998) é Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 que instituiu as Diretrizes atuais. Já na seção do PPP referente ao Marco Referencial, diz:

A escola com a qual sonhamos é aquela que dê primazia à libertação humana, é aquela **que inclui o respeito as diferenças** (grifo nosso). Essa escola idealizada por nós que tem o papel de formar seres éticos estéticos, capazes de refletir criticamente o mundo ao seu redor, tal como cidadãos ativos e conscientes da necessidade de se construir uma sociedade mais justa solidária e realmente democrática. (p.31).

Mais uma vez vemos referência ao **respeito as diferenças**, o que nos fez inferir que a comunidade escolar no momento da elaboração do PPP, compreendia as implicações conceituais dessa nova concepção presente nos discursos oficiais e teóricos, entretanto até o momento que empreendemos a análise parcial do PPP não foi possível verificar no documento ações pedagógicas voltadas para essa questão.

Nos objetivos estratégicos do PPP, aparece a busca de interesse em contribuir para que a escola seja cada vez mais comprometida com o processo de inclusão e justiça social, fazendo jus ao que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Vejamos o que diz o PPP quanto a concepção de inclusão:

A Escola [...] tem como proposta ser uma escola inclusiva. Partindo do pressuposto de que a Educação é para TODOS (AS), busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia do acesso e permanência do (a) aluno (a) na escola (p.54).



**Seminário de  
Projetos de Ensino**  
Diretoria de Planejamento e Projetos Educacionais - DPROJ  
14 e 15 de setembro de 2017

**TEMA:** *Os programas institucionais do ensino de graduação como propulsores de uma nova cultura acadêmica.*

**Unifesspa – 14 e 15 de setembro de 2017**

Apesar do PPP não ter passado por atualizações nos últimos anos, o conceito de Inclusão contido no mesmo faz as correlações analíticas corretas pois relaciona inclusão “a garantia do acesso e permanência do (a) aluno (a) na escola”.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A categoria construída foi verificar se o Projeto Político Pedagógico contempla o respeito as diferenças de todos os alunos matriculados e que frequentam a escola, a partir desta, foi possível encontrar alguns elementos da Diversidade presentes no PPP da Escola foco do Projeto, alguns desses elementos em conformidade com Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, porém de forma bastante subjacente. Podemos destacar também e que estar dito no PPP que o mesmo definiu suas concepções e princípios de maneira coerente com a legislação vigente e que o Plano Nacional de Educação foi o documento balizador.

Observamos com essa pesquisa quão diverso é o ambiente das escolas e das salas de aula do ensino fundamental em nossos municípios por isso o PPP das escolas deve retratar de forma coerente as ações que irão fomentar o processo de inclusão de Todos os alunos, levando em consideração as diversidades de língua, etnias, identidades de cultura e outras e principalmente levando em consideração os alunos matriculados que mais necessitem de apoio para prosseguir com êxito os estudos. Porém acreditamos que não temos clareza suficiente para saber como as práticas inclusivas veem acontecendo de fato no cotidiano das escolas e se realmente estamos avançando nesse processo de inclusão e respeito as diferenças, apesar dos esforços de muitos professores.

#### **5. REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. P.562. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 01 de jan. de 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Apresentação**. Revista Educ. Soc. vol.33 no.120 Campinas jul./set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/>Acesso em: 03 de mar. 2013.

KOWALEWSKI, Daniele P. **Diversidades na educação brasileira: permanência não lineares entre seus enunciados**. Organização Elie Ghanem, Marcos Garcia Neira. - 1. ed. - Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014. p.134.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1991.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARABÁ. Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Salomé Carvalho. Escola melhor. Vida melhor. **Projeto Político Pedagógico**. 2012.